

Ao Sr.

**Pregoeiro**

Prefeitura Municipal de Maricá – RJ

Bahia

**Assunto:** Contrarrazões a Recurso administrativo

PE 024/2023 – UASG 985853

**VITAE CURSOS PROFISSIONALIZANTES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 11.589.175/0001-00, com sede na rua Marechal Deodoro, nº 1670, Vila Carvalho, Araçatuba – SP, CEP 16.025-285, vem, por intermédio de seu representante legal subscrito, respeitosamente, apresentar **CONTRARRAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO**, nos termos do art. 165, inc. I, alínea c, da Lei 14.133/2021, dos autos do processo em epígrafe, requerendo que, após o processamento das medidas administrativas de praxe, mantida a decisão, sejam as razões em anexo encaminhadas à autoridade superior.

Nestes termos, aguarda deferimento.

Maricá, RJ, 01 de dezembro de 2023.

**VITAE CURSOS PROFISSIONALIZANTES LTDA**

CNPJ: 11.589.175/0001-00

Fabício Guilherme da Silva

CPF: 228.469.028-95

## **ILUSTRÍSSIMO SENHOR AUTORIDADE SUPERIOR DA PREF. MUN. MARICÁ – RJ**

### **I – DA TEMPESTIVIDADE**

O prazo para apresentar contrarrazões recursais, considerando que o prazo em dias úteis, encerra em 01/12/23, conforme informado no sistema, portanto, tempestiva a presente razões de recurso.

### **II – DOS FATOS E DO MÉRITO**

1. As questões suscitadas pela recorrente dispensam debates e teorização aprofundadas e/ou levantamento demasiado de jurisprudências das Cortes de Contas, pois são esclarecidas por mera amostragem dos fatos e que já foram ratificadas no próprio curso do certame.
2. De antemão saliente-se que a decisão do Pregoeiro está de acordo com a boa prática administrativa, a legislação vigente e a jurisprudência majoritária, conforme se depreende nos termos a seguir.
3. A recorrente NELUDIJE LOGÍSTICA E SERVIÇOS, já qualificada, foi DESCLASSIFICADA do certame por apresentar proposta INEXEQUÍVEL, MESMO APÓS DILIGÊNCIAS do Pregoeiro.
4. De início, cumpre destacar que a exequibilidade é relativa, e que deve ser objeto de análise de sua capacidade de executar (empresa) o contrato que vier a ser adjudicado por parte do Poder Público, o que ocorreu.
5. Ao contrário do que alega a recorrente, houve oportunidade para esclarecimentos e colacionar informações complementares à licitante, o que foi atendido, contudo, deixou de comprovar a exequibilidade de sua proposta.
6. Não satisfeita, apresenta um longo arrazoado de 14 páginas, com jurisprudências e doutrinas que, apesar de serem teóricas e fundamentadas, não se aplicam ao seu caso, porque deixou de comprovar sua exequibilidade.
7. Ao se valer de princípios para subsidiar seus argumentos, novamente excede ao requerer que conceda nova oportunidade para esclarecer os pontos.
8. Ora, se mesmo num prazo de 1 dia útil não houve condições de confirmar sua exequibilidade, inclusive, com antecipada consciência do preço praticado – e que deveria desde então ser objeto de análise de custos em planilha –, vem alegar prazo exíguo por

que não teria tempo para apurar? Como uma empresa não tem os custos do preço que oferta em determinada negociação?

9. Em tempo, a própria planilha de custos apresentada pela recorrente é, no mínimo, duvidosa, para não dizer fora da realidade de mercado. Como se espera que se tenha apenas R\$ 90.000,00 aproximadamente para serviços, sendo que a maioria dos custos de sua planilha é apenas de material? Como a recorrente pretende pagar os profissionais?
10. Adicionalmente, é importante ressaltar que a planilha não contempla a despesa mais fundamental de todas: o recolhimento de impostos.
11. Há indícios, ainda, de um jogo de planilha, com subvalorização dos serviços para tentar legitimar sua proposta e passar como "exequível".
12. **A inconsistência do preço resulta de um ato do próprio licitante, isto é, o preço por ele atribuído ao objeto. Logo, a inexecuibilidade é ato imputável ao próprio licitante e a mais ninguém.**
13. Portanto, a comprovação da inexecuibilidade da proposta da recorrente está comprovada em sua própria planilha de custos, juntada quando da diligência realizada pelo Pregoeiro, motivo pelo qual deve ser mantida sua desclassificação por deixar de atender os critérios de exequibilidade.
14. A Administração Municipal, por intermédio de seu Pregoeiro, atuou de acordo com o objeto do certame e a legislação vigente, não aplicando excesso de formalismo ou se limitando a questões que não contribuem com o fim ao qual a licitação pretende almejar: a contratação de empresa qualificada tecnicamente.
15. Logo, a manutenção da desclassificação da NELUDIJE LOGÍSTICA E SERVIÇOS é medida que se impõe.

### III – DOS PEDIDOS

De todo o exposto, com base no princípio da competitividade, da legalidade, da proporcionalidade e da razoabilidade como limites da discricionariedade da Administração Pública, REQUER:

- a) o recebimento das contrarrazões de recurso, pois tempestiva; e,
- b) no mérito, que seja conhecido e provida as contrarrazões, e desprovido o recurso administrativo interposto pela recorrente, a fim de manter sua desclassificação, por deixar de comprovar a exequibilidade de sua proposta.

Vitae Cursos Profissionalizantes LTDA - CNPJ 11.589.175/0001-00 - Rua Marechal Deodoro, 1670 - Araçatuba - SP- CEP 16025-285

Nestes termos, aguarda deferimento.

Maricá, RJ, 01 de dezembro de 2023.

**VITAE CURSOS PROFISSIONALIZANTES LTDA**

CNPJ: 11.589.175/0001-00

Fabício Guilherme da Silva

CPF: 228.469.028-95

**Me. Dionis Janner Leal**

OAB/RS 86.607